

Rio propõe plenária nacional para debater mudanças na Aduana



Reuniões na Inspetoria RJO: análise crítica sobre o futuro dos aduaneiros



Secretário da Receita confirma extinção das inspetorias aduaneiras

A DS/Rio solicitou à Diretoria Executiva Nacional (DEN) a realização de plenária, em Brasília, para debater as mudanças na estrutura e atribuições da Aduana. A expectativa é fortalecer a mobilização dos Auditores diante do processo de diluição da Fiscalização aduaneira. A proposta será avaliada pelo Conselho de Delegados Sindicais (CDS), na reunião de 6 a 9 de agosto, em Salvador (BA).

Desde maio, a DS/Rio debate com os filiados a possível extinção da Inspetoria Aduaneira e sua inserção em Delegacias Mistas, com o término do trabalho especializado. Confirmando os alertas do Rio, o Secretário da Receita Federal, Auditor-Fiscal Carlos Alberto Barreto, em reunião com a DEN, no dia 23

de julho, admitiu que o novo modelo de gestão prevê o fim das divisões no órgão, com realocação de atividades e limites regionais para a especialização. As informações foram publicadas no Boletim do Sindifisco Nacional nº 954 (24/07).

A transformação dos aduaneiros em “generalistas” foi referida pelo Secretário Barreto, ao afirmar que o “corpo funcional deve ter competência para atuar em diversas frentes”. Mas, na prática, a tendência é que os Auditores percam a “visão global” da atividade aduaneira.

Plenária Nacional – As mudanças impactam a própria essência da Receita Federal, cuja ênfase excessiva na arrecadação pode desguarnecer uma área prioritária para a sociedade, que é o controle aduaneiro. Para

o presidente da DS/Rio, João Abreu, a categoria precisa se posicionar. “O Sindifisco Nacional precisa fazer uma análise crítica do que está ocorrendo, pois se trata do nosso trabalho. Não podemos tomar como definitiva uma questão que exige debate e posição sindical”, enfatizou.

A ideia da plenária nacional é anterior às declarações do Secretário. No dia 17 de julho, a DS/Rio solicitou apoio à DS/Santos para realização do evento, com recursos do Fundo de Mobilização.

Palestras – A convite da DS/Rio, o Auditor Dão Real Pereira dos Santos (DS/Porto Alegre), especialista em Aduana, palestrou sobre o tema na Inspetoria do Rio, na Delegacia de Fiscalização de Nova Iguaçu (16/07) e no Porto de Sepetiba (17/07).

Seminário sobre Aduana

Nos dias 26 e 27 de junho, a DS/Rio promoveu seminário sobre Aduana, no Aeroporto Internacional e no Porto do Rio, com a presença dos Auditores-Fiscais Luiz Sérgio (Serginho) Fonseca Soares (DS/BH) e Dão Real Pereira dos Santos (DS/Porto Alegre). **Página 3**

Relações de Trabalho

O ambiente de trabalho cotidiano dos AFRFB foi tema de seminário realizado pela DS, em 25 de junho. Em foco, a pressão pelo cumprimento de metas, o esvaziamento progressivo dos quadros e a falta de perspectivas como fatores de estresse e adoecimento. **Páginas 4 e 5**

Para que direção apontam as mudanças?

Exatamente por avançar em sigilo por alguns meses, o projeto de reestruturação interna da Receita Federal preocupa os Auditores-Fiscais, que há tempos lidam com a desvalorização da carreira, perdas de atribuições funcionais e achatamento salarial. Os boatos e a desinformação ocupam, hoje, posição importante no cotidiano da Receita, ao lado do estresse, do desestímulo e de uma espécie de “insegurança funcional”, gerada pela ausência de clareza sobre o “novo modelo”.

Que mudança é essa, que vinha caminhando sob um manto de silêncio? Por que não pode ser debatida com objetividade e transparência no âmbito do corpo funcional?

O debate que buscamos travar, em Plenária Nacional, foca na Aduana, cuja evidente competência merece registros honrosos – internamente e da opinião pública –, considerando nossa apreensão sobre as expectativas de futuro daquela parte da “casa” cuja ênfase não é a arrecadação de tributos, mas contribui para manter seguro nosso “cofre”, ao impedir fraudes, evasão fiscal, contrabando, descaminho.

Mudar é bom quando traz benefícios – para os servidores e a sociedade, cujo bem-estar é nosso objetivo final. Debater o que nos move ou nos impede de avançar é uma obrigação do nosso Sindicato. Do contrário, impera a angústia e a alienação.



O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do Sindifisco Nacional – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

- Presidente:** João Luiz Teixeira de Abreu
- Vice-Presidente:** Antônio Henrique Azevedo da Cunha
- Secretário-Geral:** Robson Guedes Lassarot
- Diretor de Finanças:** Luiz Gustavo Pereira Regadas
- Diretora-Adjunta de Finanças:** Sonia Maria Bindaes Campos Pereira
- Diretora de Administração:** Patrícia de Araújo Magalhães
- Diretora de Assuntos Jurídicos:** Bety Gutnik Nisenbaum
- Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos:** Leila Souza de B. Signorelli de Andrade
- Diretor de Defesa Profissional:** Luciano de Moraes Rebouças
- Diretor de Comunicação:** Luiz Roberto Bicalho Domingos
- Diretora de Assuntos de Aposentados:** Maria Gláudia Ferrer Mamede
- Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados:** Sonia Maria Cunha dos Santos
- Diretor de Relações Intersindiciais e Assuntos Parlamentares:** Paulo Torres de Carvalho Barbosa
- Diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social:** William Brígido Costa
- Diretora de Atividades Socioculturais:** Maria Alice Sant’Anna Wiltshire
- Diretores Suplentes:** Vera Teresa Balieiro A. da Costa, Rosângela Dutra Weck e Célia Satiyo Seto
- Conselho Fiscal:** Aelio dos Santos Filho, Lenine Alcantara Moreira, Marilene de Oliveira Maron

Endereços da DS/RJ

Rua Debret, 23 - Sl.s. 711/712 – Centro
 CEP 20030-080 – Fone: (21) 3125-3800
 Fax: (21) 3125-3805 e Rua da Quitanda, 30
 11º andar – Centro – CEP 20011-030
Fone: (21) 3916-8550

E-mail: dsrj@sindifisconacional-rj.org.br
Site: www.sindifisconacional-rj.org.br

Jornalista Responsável/Redação: Sônia d’Azevedo (Reg.Prof. 17226 RJ) **Diagramação:** Sylvio Marinho
Fotos: Cláudio Pereira (DS/RJ), Sidney Trindade e Sônia d’Azevedo

Distribuição gratuita – circulação local. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

ADUANA BRASILEIRA SOB RISCO DE FRAGILIZAÇÃO

Palestrantes alertam para perda de precedência constitucional da RF via decreto

A fragilização da Aduana nacional – que além do esvaziamento de recursos humanos poderá perder atribuições –, foi o tema do seminário “*Mudanças na Aduana: reflexões sobre os impactos na Receita e na sociedade*”, promovido pela DS/RJ no Aeroporto Internacional do Galeão/Tom Jobim (Airj), no dia 26 de junho, e no Porto do Rio de Janeiro, no dia 27.

Nos encontros, os Auditores Luiz Sérgio (Serginho) Fonseca Soares (DS/Belo Horizonte) e Dão Real Pereira dos Santos (DS/Porto Alegre) alertaram sobre a perda iminente da competência da autoridade aduaneira, caso se efetive o “novo papel” que lhe é reservado no contexto da MP dos Portos.

Refletindo uma lógica imposta pelos agentes do comércio internacional aos governos dos países em desenvolvimento, a limitação do poder fiscalizador das Aduanas ameaça não somente o trabalho dos Auditores-Fiscais. O que está em jogo, hoje, é a precedência constitucional da própria Receita Federal, como órgão de Estado a serviço da sociedade.

Perda de poder – Conforme destacou o Auditor Serginho, a Receita, que tinha poder de veto nas discussões

referentes às atividades aeroportuárias, passou a representar somente um voto. “Ao lado de aspectos como Porto 24 Horas, Clias, janela única, pressões por metas, surge uma linguagem perigosa, importada da iniciativa privada, que fala em ‘clientes’ e ‘gerentes’, impõe procedimentos de facilitação e simplificação como objetivos da Aduana. Esses elementos são consequência, e não a nossa finalidade”, lembrou.

Ele também advertiu para o enfraquecimento da categoria e a dificuldade de reivindicar melhores

condições de trabalho, nas campanhas salariais, pois a filosofia de que “a fila anda” irá prevalecer até nas relações laborais.

“Ficaremos à distância, olhando por uma câmera e indicando os caixotes a serem abertos. Não haverá presença física. A fiscalização virtual vai determinar o fluxo do comércio e retirar das mãos da Fiscalização Aduaneira esse controle”, disse.

Desestruturação – Para Dão Real, a análise e o questionamento sobre os rumos da Aduana e da Receita Federal, frente às exigências da Organização Mundial do Comércio (OMC), são essenciais para evitar a desestruturação de um trabalho que, há uma década, apresenta resultados excepcionais. Tal competência foi aprimorada a partir de 2005, com a integração dos sistemas, as grandes operações conjuntas com outros ór-

mércio internacional ficou paralisado, com prejuízos enormes para os grandes grupos econômicos. A partir dali, a Organização Mundial do Comércio (OMC) se mobilizou para construir a filosofia da facilitação.

Vieram novas diretrizes para a figura da missão aduaneira no mundo todo, provendo segurança e facilitação do comércio para que este não seja interrompido, independente de guerras, ataques terroristas ou quaisquer outras ocorrências – e sempre com garantias do poder público nesse sentido.

Em dezembro próximo, em Bali, a OMC vai colocar em pauta o Acordo Internacional de Facilitação, em nível das aduanas, que limita as políticas dos Estados às restrições ao livre comércio. O modelo prioriza os interesses dos grupos empresariais que controlam o comércio global.

Movimento contrário – O Instituto de Justiça Fiscal (IJF), com sede em Porto Alegre (RS), decidiu questionar os impactos do Acordo de Facilitação, ao lado de dezenas de entidades internacionais.

“Esse acordo é agenciado por interesses empresariais. Teremos novas privatizações de portos, de procedimentos aduaneiros e de processamentos de cargas, com demissões de trabalhadores e erosão de

direitos dos servidores públicos. Somente os grupos multinacionais terão resultados favoráveis”, afirmou Dão.

Daí, a conveniência de vincular a Aduana brasileira ao Ministério da Indústria e Comércio, e não à Receita Federal. “O problema é a Receita dentro de uma Aduana que não se submete aos interesses do comércio internacional, que não está comprometida com a arrecadação. Hoje, se uma carga tem suspeita de subfaturamento, a aduana dá perdimento. No MDIC, isso não interessa”, concluiu o Auditor.



Auditor Dão Real



Auditor Luiz Sergio

gãos, apreensão de lixo hospitalar, descoberta de grandes fraudes.

“Querem retirar nossa capacidade de perceber que o comércio internacional é um mecanismo de evasão de tributos e de fraudes. Com a janela única, o controle é feito no país exportador”, avaliou.

Onde tudo começou – A derrubada das Torres Gêmeas de Nova Iorque (EUA), em 2001, foi o divisor do controle internacional sobre fluxos de bens e financeiros. Por segurança, os EUA fecharam suas fronteiras e o co-





Rio debate impactos do trabalho no cotidiano dos Auditores



A partir da esq., Auditora Celia Seto, Profª Márcia Barroso, Auditores Luiz Bicalho, Marcelo Lettieri e Vera Teresa Balieiro

As novas configurações do ambiente e das finalidades do trabalho nortearam o debate no seminário “*Relações de Trabalho: as transformações no serviço público e o cotidiano do Auditor-Fiscal*”, promovido pela DS/Rio de Janeiro, no dia 25 de junho.

Questões como metas de produtividade, remuneração por desempenho e a implantação do teletrabalho foram analisadas por 80 Auditores, oriundos de diversas localidades do país, com o apoio de pesquisas acadêmicas e relatos de experiências cotidianas.

O encontro foi marcado pela franca exposição dos problemas que mais interferem na vida laboral dos Auditores-Fiscais, na atualidade – em especial, a angústia pela sensação de “dívida impagável” em relação às metas impostas e o dilema de cumprir os prazos estipulados ou manter o nível de atenção e detalhamento.

Ficou claro que, além do esvaziamento progressivo de seus quadros, a Receita Federal vem se tornando, em nível nacional, um ambiente de pressões, desigualdades e estresse constante para quem viveu outras épocas e ainda está na ativa.

Em contrapartida, inexistente um estudo sobre os impactos dessa acelerada transformação da “cultura organizacional” na saúde dos servidores – embora seja evidente, em diversas unidades, que o nível de fadiga, desgaste e desestímulo já provoca adoecimentos. Por isso, além da reflexão, o firme posicionamento do Sindicato sobre esse processo – que cria séria ruptura nas referências institucionais e laborais – é imprescindível para nortear a categoria num momento de grandes transições.

Teletrabalho: benefícios para quem?

A Profª Márcia Regina Castro Barroso é cientista social, doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e servidora estadual. Em 2009, ao estudar o mundo do Trabalho, decidiu concentrar sua pesquisa no teletrabalho, o que resultou numa dissertação de Mestrado.

A pesquisadora constatou os limites frágeis na relação de trabalho executado em domicílio, com o recurso da informática, mas em permanente contato com a “base” empregadora. Segundo ela, o trabalho a distância tem mecanismos simbólicos de controle, o que pode acarretar o aumento do ritmo do labor.

“Vende-se um pacote de expectativas e vantagens, mas a pesquisa percebe que a liberdade e a autonomia não têm muita expressividade. A possibilidade de flexibilização de horário de trabalho e alguns mimos cotidianos se esvai. Acaba ocorrendo a indiferenciação da vida privada da laboral”, afirma.

Na Administração Pública, o Serpro foi o pioneiro na adoção do sistema, em 2005. Em 2012, o TST implantou norma (Lei 12551/2011) para seus quadros internos que tem servido de modelo para outras instituições. Contudo, há muito a ser definido, começando pelas condições de implantação dessa modalidade na residência dos servidores.

Na Receita, emergem questões como o tempo à disposição, pagamento das despesas com logística e equipamentos, segurança imprescindível à manutenção do sigilo fiscal, entre outros aspectos. “A discussão a ser feita é como o teletrabalho pode reverter em benefícios para os servidores”, sinaliza a professora.





Teletrabalho na Receita gera críticas

A diretora da DS/Rio Celia Satiyo Seto lembrou que, na campanha salarial de 2012, o teletrabalho foi colocado em discussão, pois a Portaria 947 (abril de 2012) regulamentou a experiência-piloto em unidades previamente autorizadas pelo Secretário da Receita Federal.

Celia Seto apresentou alguns pontos negativos, dispostos em forma de Manifesto pela DS/Pelotas. Entre eles, estão o individualismo, a perda de convívio com os colegas, responsabilização e culpabilização. “A pessoa não tem mais o debate, não tira dúvidas, vai ficando isolada, o que se contrapõe com o papel e natureza do trabalho do Auditor-Fiscal”, alerta.

De acordo com o manifesto, o servidor fica subordinado a questões numéricas e perde a visão da qualidade do trabalho, pois está mais preocupado com o próximo auto de infração, face à exigência do cumprimento adicional de metas.

A aferição das metas condiciona a permanência do Auditor no projeto. Portanto, a avaliação é mais quantitativa. Outros pontos negativos são: ficar sempre conectado à internet e acessar o correio institucional; despesas com equipamentos pagas pelos servidores; menos valia profissional, pela possibilidade de desligamento do projeto, caso não atinja as metas da administração; surgimento de problemas de ordem psicológica, devido às pressões.

Onde fica a alegria de trabalhar?

A Auditora Vera Teresa Balieiro, também diretora da DS/Rio, falou sobre as transformações do mundo do Trabalho com a globalização. Ela expôs os resultados da extensa pesquisa de campo realizada com servidores públicos que fundamentou sua monografia na Especialização em Ciências Políticas e Cultura do Departamento de Ciências Sociais da PUC/Rio.

Vera observa que, no contexto do serviço público nacional, surgiram elementos como terceirizações, cooperativas, precarização dos setores mais organizados e perdas de direitos coletivos dos servidores. Como resultado, o trabalhador foi perdendo a capacidade de encontrar satisfação e alegria naquilo que produz. Sobrevém a angústia por não dar conta das demandas que aumentam numa época em que os servidores diminuem numericamente.

“Os mais antigos falam na perda de prazer no trabalho. Os mais



novos, que o trabalho é apenas um ganha-pão. Muitos veem o trabalho como algo penoso. Outros fazem do setor público um trampolim para adquirir experiência e entrar no setor privado. E há a intensificação sem limites do trabalho, a possibilidade de erro que mantém a pessoa em constante alerta, as metas atingidas à base de ‘maquiagens’. Este é o trabalho que adoce”, conclui.

Novo gerencialismo com modelos ultrapassados

O Auditor Marcelo Lettieri (DS/CE) falou sobre a implantação de modelos ultrapassados no serviço público federal, com a premissa de que a eficiência é medida a partir do resultado numérico. Segundo ele, a “nova moda” chama-se Balanced ScoreCard (BSC), método para medição e gestão de desempenho desenvolvido em 1992, por Robert Kaplan e David Norton. Em 2004, os autores o adaptaram para ser usado na administração pública.

Pelo BSC, o servidor segue uma estratégia vinculada ao que faz no dia a dia e recebe uma “recompensa” quando a instituição atinge os objetivos – o pagamento por desempenho.

“Para a nova administração pública a competição é favorável. Hoje, até as Superintendências competem por recursos”, alertou Lettieri.

O insucesso do modelo decorre de sua incompatibilidade com a essência do serviço público. Exemplos: a remuneração por desempenho desestimula trabalhos em grupo; a implantação em alguns órgãos gerou comportamentos disfuncionais – competição interna,

deturpação de funções, negligência de tarefas e visão de curto prazo; o nível de subjetividade na medição de desempenho impactou os servidores, desmotivando-os e desmoralizando os prêmios; a mudança na remuneração para modelos mais flexíveis, baseados em recompensas por desempenho individual, prejudica a equipe e ameaça as atribuições.

“Ocorre que o BSC está sendo implantado sem qualquer crítica da nossa representação sindical. As medidas retiram nossas atribuições, mas estão sendo adotadas diariamente. Não podemos nos calar sobre isso”, enfatizou.



Conselho Curador de Assuntos Jurídicos

REBATE CRÍTICAS À SUA ATUAÇÃO

O Conselho Curador de Assuntos Jurídicos do Sindifisco Nacional (CCAJ), através de sua presidente, Auditora Cledi de Fátima Manica Moscon, emitiu, em julho, “**Nota de Esclarecimento**” aos filiados sobre a finalidade e importância dessa instância do Sindifisco Nacional. O documento destaca o caráter técnico do CCAJ, órgão independente criado por Estatuto para acompanhar os processos sob a responsabilidade do Departamento Jurídico do Sindicato. O CCAJ rebate, com veemência, nota veiculada pela Diretoria Executiva Nacional (DEN), através do Boletim nº 944 (10/07), de que o referido órgão estaria atuando de forma política, e não técnica. Por solicitação do CCAJ, a íntegra da Nota foi divulgada pela DS/Rio através do boletim eletrônico AGENTE FISCAL nº 809/2013 (17/07), que está disponível em nosso site: www.sindifisconacional-rj.org.br (notícia do dia 17/07/2013) Ao lado, a síntese das informações contidas na Nota do CCAJ.

“O CCAJ tem realizado suas atividades exclusivamente dentro dos objetivos claramente estabelecidos no estatuto: o acompanhamento e o cuidado dos interesses jurídicos dos filiados”

“(…) rechaçam-se as insinuações de cunho político. O Conselho é composto por pessoas com as mais diversas preferências político-sindicais, e até mesmo daqueles distantes de todas as correntes internas”

“O CCAJ estranha e lamenta a forma acintosa e agressiva, promotora de desarmonia, adotada para a condução do problema pela DEN. Tal procedimento, apesar de todo o excelente trabalho que o CCAJ tem realizado, demonstra uma postura ditatorial que, além de inadequada, reflete a incapacidade de respeitar a participação livre e democrática dos órgãos do Sindicato no estrito exercício de suas funções (...)”

“O CCAJ sempre divulgou seus atos formais, tais como atas, resoluções e regimento, os quais podem ser acessados por todos os filiados através de link próprio do CCAJ no sítio do SINDIFISCO NACIONAL”

“Em razão das dificuldades impostas pela DEN para o CCAJ manter contato direto com os filiados, (...) o Conselho resolveu (...), em reunião do colegiado, enviar para todas as DS os atos oficiais emitidos, os quais já se encontram inseridos na página do SINDIFISCO; bem como promover a divulgação direta, por parte dos Conselheiros regionais, para os seus contatos (filiados)”

“O CCAJ embasa a necessidade e a adequação de ampla divulgação de seus atos formais junto às bases nos princípios da ética, da moralidade, da transparência, da eficiência, do zelo e da democracia interna, conforme preceitua o art. 2º do Estatuto do SINDIFISCO”

“Além disso, não se pode omitir que os serviços advocatícios prestados às partes criam para o prestador do serviço a obrigação de informar e esclarecer. A lei assim o prescreve”

“O CCAJ foi criado por força de previsão do Estatuto do SINDIFISCO NACIONAL (...). Trata-se de órgão Consultivo do Sindicato. Os diretores do Depto. Jurídico da DEN fazer parte do CCAJ como membros natos, sendo sempre convocados para as reuniões, participando e deliberando, conforme suas convicções (...)”

“A autonomia própria é condição sine qua non para que o CCAJ possa exercer suas funções com independência.(...)”

“O CCAJ tem se ocupado, dentre tantas outras questões, dos processos e dos contratos para execução dos 28,86%, especialmente pelo seu alto custo (...). em abril de 2011 o CCAJ levou à baila (...) o sério problema verificado na execução de referidos contratos (...). Ademais, várias fases de processos que já foram encerradas continuam sendo computadas para a cobrança da taxa de manutenção mensal”

“As resoluções emitidas decorrem de propostas de medidas que o CCAJ considera adequadas ou necessárias. A capacidade formal de uma resolução do CCAJ para produzir efeitos depende, em última análise, da vontade da DEN em acatá-la”

“A DEN informa que os diretores jurídicos não mais participarão das reuniões do CCAJ até que o CDS defina as atribuições do CCAJ. (...) isso já ocorreu com a aprovação das alterações no último CONAF e sua ratificação pela categoria em assembleia”

“O filiado tem o direito de saber como estão sendo cuidados seus interesses jurídicos (...) Esta é a obrigação do CCAJ, de acordo com o Estatuto: a curatela dos interesses jurídicos dos filiados”

E viva o Arraiá da DS/Rio!

O Arraiá dos Auditores do Rio é sempre um sucesso, pois combina gente alegre, comida farta, música boa e muito espaço para dançar e brincar. Em 2013, não foi diferente: os ingressos esgotaram depressa e a festa, animadíssima, reuniu dezenas de filiados, seus familiares e convidados, no dia 28 de junho, lotando o Clube Dezessete, no Jardim Botânico. A festa teve concurso da “caipira” mais bonita, comidinhas típicas, pescaria e prendas nas barraquinhas, batepapo no salão, casamento na roça e a tradicional “quadrilha de São João” para esquentar os convidados. Em 2014 tem mais, pessoal! As fotos do Arraiá da DS/Rio estão no seguinte endereço: <https://picasaweb.google.com/115975989442311773147/2DeJulhoDe2013?authuser=0&authkey=Gv1sRgCPrKkMG21LvOkwE&feat=embedwebsite#>



Auditores do Rio celebram reencontro com antigas amizades

A oportunidade de rever antigos colegas de trabalho para compartilhar momentos de pura alegria foi um dos pontos mais valorizados pelos Auditores presentes à festa “*Celebrando a Vida II*”, promovida no dia 16 de maio pela Diretoria de Aposentados da DS/Rio. Em sua segunda edição, o evento reuniu 120 pessoas na sede do Jockey Club, no Centro do Rio. Ao longo da tarde, a conversa animada que vinha das mesas era interrompida somente por alguma canção marcante, executada ao vivo por músicos de excelente qualidade. Os dançarinos também ganharam espaço no salão e evoluíram ao som de chorinhos, bossas novas, boleros, sambas e baiões. Nos intervalos, o chopp gelado refrescou os convidados e consolidou o batepapo, acentuando o clima de botequim.

– Ao cumprimentar os presentes, a Diretora de Assuntos de Aposentadoria, Maria Gláudia Mamede, agradeceu o apoio e a participação constante dos filiados nos encontros organizados pela DS. Em sua opinião, essa presença se constitui em diferencial e referência de alegria e disposição para “celebrar a Vida!”. Para ver fotos de “Celebrando a Vida II” acesse:

<https://picasaweb.google.com/115975989442311773147/27DeMaioDe2013?authuser=0&authkey=Gv1sRgCIug3YTDsejaKA&feat=directlink>

Casa Estrelas do Amanhã recebe certificado de Utilidade Pública

A Casa Estrelas do Amanhã (CEAM), fundada e mantida por Auditores-Fiscais, recebeu o certificado de Utilidade Pública Federal. O título assegura isenção do pagamento da parcela patronal do INSS, valor que representava metade da arrecadação da entidade. Desde sua criação, em 1992, a CEAM vive exclusivamente das contribuições de colaboradores fixos e eventuais. Dessa forma, ajuda moradores do Morro do Querosene, no Rio Comprido, a superarem a desigualdade social através do estudo e da qualificação profissional. Integrante da diretoria da CEAM, a Auditora Gláudia Mamede convida os colegas a se tornarem colaboradores fixos. Informações no site www.estrelasdoamanha.org.br ou por e-mail casaestrelasdoamanha@gmail.com. A CEAM fica na Rua Azevedo Lima, 132 – Rio Comprido (RJ). Tel.: (21) 3972-1185. Visitas dos colegas são sempre bem-vindas.

DEFESA PROFISSIONAL

DS lança cartilha técnica sobre demissão de filiado

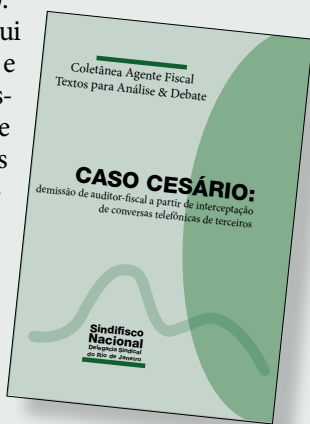
A DS/RJ lançou, no mês de junho, a publicação “*Caso Cesário: demissão de auditor-fiscal a partir de interceptação de conversas telefônicas de terceiros*”. O texto técnico apresenta peças importantes do Inquérito Administrativo Disciplinar proposto pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) contra o filiado Cesário Augusto Alcântara Ferreira, na década de 2000.

O caso constitui objeto de estudo e de Defesa Profissional da DS desde maio de 2011. Após pesquisa e sistematização dos dados e documentos existentes, a Delegacia Sindical solicitou, em 2012, apoio institucional à Diretoria Executiva do Sindifisco Nacional para reverter a demissão do filiado.

Ao longo da documentação, são apontadas incoerências e contradições que mereceriam análise apurada da PGFN. Principalmente, quando se considera que a denúncia contra o Auditor Cesário Augusto foi baseada em mera citação de seu nome por terceiros, numa escuta telefônica – mas resultou em acusação por crimes graves e, do ponto de vista moral, provocou danos irreversíveis à vida pessoal e funcional do servidor.

A publicação tem o objetivo de ampliar o debate sobre questões que impactam os Auditores-Fiscais, no exercício de suas atribuições, a partir da análise desse caso concreto, onde ocorreu a demissão apesar da inconsistência e/ou insuficiência de provas.

A versão impressa de “*Caso Cesário*” será enviada às bibliotecas de todas as Delegacias Sindicais do Sindifisco Nacional. A fim de garantir amplo acesso da categoria ao texto, a direção da DS/RJ também solicitou à DEN que a versão digital seja disponibilizada no “Espaço do Auditor” do site nacional.



AVISOS IMPORTANTES

Integração na Sede Debret

Desde fevereiro, a DS/RJ promove atividades socioculturais para reunir e integrar seus filiados na Sede Debret. O que começou com uma oficina de samba no pé, às vésperas do Carnaval, evoluiu para aulas semanais de instrumentos musicais, conversação nos idiomas inglês e francês, diferentes ritmos de dança. As atividades são coordenadas por professores especializados. Além de aprimoramento pessoal, os encontros contribuem para amenizar o estresse cotidiano. Informações pelo telefone (21) 3125-3808.

Trekking 2013

Coordenado pelo Auditor-Fiscal aposentado Arnaud da Silva, o trekking mensal brinda os adeptos com passeios a belos locais do Rio de Janeiro. O primeiro evento aconteceu em julho, quando um grupo de 17 pessoas percorreu as trilhas Cartão Postal (Teresópolis) e Capela e Poço Verde (Guapimirim), no Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Em agosto, a trilha escolhida foi a Cabeça do Dragão, no Parque Estadual dos Três Picos, em Nova Friburgo. Os interessados devem se inscrever na Sede Debret (Rua Debret, 23 – Sala 711) ou pelo telefone (21) 3125-3808.

Saúde em destaque

A DS firmou convênio com a especialista em acupuntura e shiatsu Angela Sousa Aguiar. A psicomotricista e docente do Senai/RJ, que atende no Centro do Rio, utiliza terapias orientais para tratar desequilíbrios energéticos que dão origem a diversos problemas de saúde. As técnicas empregadas são: Acupuntura Estética e Sistêmica (chinesa, japonesa e coreana), Shiatsu (massagem oriental), Moxabustão, Auriculoterapia, Reflexologia Podal e Rejuvenescimento Facial. Desconto de 20% para filiados, dependentes e agregados. Contatos: (21) 9183-7446 ou pelo e-mail angel_aguiar@hotmail.com.

Eleições na DS

A eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o biênio 2014/2015 será realizada nos dias 6 e 7 de novembro. A inscrição de chapas poderá ser feita entre os dias 1º e 30 de agosto. Informações no site: <http://www.sindifisconacional-rj.org.br/index.php?page=vernoticia.php&id=789>